

INTERVENÇÃO NO MANDATO DAS MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS: UMA LEITURA SOLIDÁRIA E DE DENÚNCIA DAS OBRAS *MULHERES EMPILHADAS* (2019), DE PATRÍCIA MELO, E *VISTA CHINESA* (2021), DE TATIANA SALEM LEVY

Caroline Kirsch Pfeifer (UNLP)¹

RESUMO: Para Jacques Rancière (2008), a literatura faz política porque intervém nos espaços invisíveis e nos tempos invisíveis, e a prática de escrever produz um modo de reprodução que faz com que se possa repensar a realidade a partir da ficção. Por isso, é importante evidenciar escritoras contemporâneas que intervêm no espaço social produzindo ficções que problematizam e denunciam as diversas violências que imperam sobre o corpo das mulheres. Neste artigo, pretende-se problematizar e analisar as obras *Mulheres Empilhadas* (2019), de Patrícia Melo, e *Vista Chinesa* (2020), de Tatiana Salem Levy, cujo foco está na violência contra as mulheres e em como esta crueldade é naturalizada pelo mandato das masculinidades hegemônicas derivado do discurso colonial.

PALAVRAS-CHAVES: Escrita de Mulheres; Corpo; Discurso Colonial; Masculinidades.

RESUMEN: Para Jacques Rancière (2008), la literatura hace política porque interviene en los espacios invisibles y en los tiempos invisibles, y la práctica de escribir produce un modo de reproducción, lo que hace con que se pueda repensar desde las ficciones. Así, es importante evidenciar escritoras mujeres contemporâneas que intervienen en el espacio social al producir ficciones que problematizan y denuncian diversas violencias que imperan en los cuerpos de las mujeres. En este artículo, se pretende problematizar y analizar las obras *Mulheres Empilhadas* (2019) de Patrícia Melo y *Vista Chinesa* (2020) de Tatiana Salem Levy, en que el enfoque de las narrativas es la violencia contra las mujeres y como esta crueldad es naturalizada por el mandato de las masculinidades hegemônicas, que provienen del discurso colonial.

PALABRAS CLAVES: Escritura de Mujeres; Cuerpo; Discurso Colonial; Masculinidades.

INTRODUÇÃO

O campo literário possui leis próprias que controlam e legitimam as relações de poder dos agentes (BORDIEU, 1990). Este campo, na América Latina, foi dominado por figuras masculinas hetero, brancas e de classe média que ditavam as regras da escrita e viam o corpo das mulheres como objeto dos seus desejos. Esta forma de representação, ao longo dos séculos, sexualizou e erotizou estes corpos e os converteu em um território de dominação através de estruturas patriarcais e sexistas.

¹ Mestre em Literatura Infantil e Juvenil (UNR, Argentina). Doutoranda em Estudos de Gênero (UNL, Portugal). Docente de Literaturas Lusófonas na Universidad Nacional de La Plata (Argentina). E-mail: carolpfeifer@gmail.com

Para a teórica chilena Lucía Guerra (1985), a imaginação masculina descreveu e representou as mulheres dialeticamente, ora como uma figura horrenda, satânica, e, em outra, como uma figura cheia de feminilidade, pueril, virgem, quase santa, convertendo-as em objetos de desejo, de possessão para satisfazer os seus erotismos. Uma perspectiva totalmente patriarcal e machista que até os dias de hoje aceitamos, reproduzimos e vivenciamos na sociedade e na escrita. Este espetáculo de mulheres monstros, santas, traiçoeiras, sedutoras foi imposto por um discurso colonial que colocou as mulheres e outras dissidências em um lugar desprovido de identidade e subjetividade, subjugadas e questionadas, não tendo o direito à fala.

Entretanto, nos últimos 20 anos, com a impronta feminista, muitas escritoras da América Latina puderam subverter as lógicas desse mercado, ocupando o seu lugar na escrita e apresentando uma representatividade literária onde o corpo das mulheres foi ressignificado enquanto categoria analítica. Para Elizabeth Grosz (2005), “[...] o corpo deve ser visto como um lugar de inscrições, produções ou constituições sociais, políticas, culturais e geográficas” (GROZS, 2005, p.84), e, portanto, a escrita de mulheres propõe uma nova leitura, um novo olhar e um rompimento com uma cultura falocêntrica.

Nelly Richard (1993) sustenta que o texto literário escrito por mulheres é um território de intervenção política fundamental. Segundo Richard (1993), as escritoras contemporâneas apropriaram-se de categorias de corpos preexistentes para expressar a realidade e problematizar os modos das representações do gênero na literatura Latino-americana. E é dessa maneira que a literatura faz política, procurando intervir nos espaços invisíveis e nos tempos invisíveis, sendo a prática da escritura um modo de reproduzir, de maneira simbólica, situações e acontecimentos.

Repensar a realidade a partir da ficção é o que propõe os textos literários de *Mulheres Empilhadas* (2019), de Patrícia Melo, e *Vista Chinesa* (2021)², de Tatiana Salem Levy. Nestas obras, há uma reflexão e denúncia sobre a violência contra as mulheres que é reflexo de diversas formas de dominação que se sustentam através de um discurso colonial, de práticas sociais, políticas e de poder naturalizadas pelo mandato das masculinidades hegemônicas.

1. VISIBILIZAÇÃO E EXPERIÊNCIA NA ESCRITA DE MULHERES

Boa parte da literatura produzida por mulheres na América Latina durante o século XXI aproxima-se dos discursos feministas e decoloniais. As novas estéticas e narrativas absorvem

² A versão utilizada para leitura e análise foi uma versão digital de e-book, portanto, é possível que as citações e paginações não correspondam à edição do livro em papel.

as problemáticas sociais e constroem diálogos plurais e diversos que permitem questionar discursos racistas, machistas, misóginos de cada sociedade.

De acordo com Vaggione (2020), na América Latina houve avanços nas formas de regular decisões, como as identidades de gênero e as práticas reprodutivas: “[...] em um período muito curto, a homossexualidade, a transexualidade, o aborto deixaram de ser condutas criminalizadas e/ou medicalizáveis, passando a ser opções amparadas pelo e a partir do direito (VAGGIONE, 2020, s/p)³. Entretanto, ao mesmo tempo, vimos crescer os segmentos religiosos e neoconservadores que promovem uma perspectiva moral para regulamentar a vida social e reprodutiva da população.

Se enfocarmos no Brasil, nos últimos 10 anos, o país absorveu um discurso e visões distorcidas sobre o feminismo e gênero. Essa problemática ficou latente com os pronunciamentos de deputados federais e senadores (bancada religiosa) que eram contra as propostas e projetos de políticas públicas para combater a LGBTfobia nas escolas do país. Estes discursos ultradireitistas, manipularam conceitos e utilizaram canais e espaços abertos pela democracia para conformarem uma agenda que fomentava a discriminação e o pânico moral.

O termo pânico moral foi utilizado por Stanley Cohen em 1972 para se referir aos confrontos de vandalismo nos anos 60 na Inglaterra. O estudo analisou a reação das pessoas diante de situações em que se sentiam ameaçadas por determinados grupos ou tipos sociais. Cohen (2017) salienta que, a partir deste pânico, há na população uma necessidade de reestabelecimento da ordem e da moral, e justamente nessa tensão, nesse temor, a sociedade exige mudanças. E foi partir desta estratégia do pânico moral que as instituições políticas e religiosas brasileiras legitimaram a violência e reforçaram atitudes de intolerância.

A consolidação desta forma de pensar no Brasil produziu um impacto social violento. As falas machistas, homofóbicas e violentas contra as mulheres do atual presidente da República somente comprovam a impunidade sob determinados setores, e, conseqüentemente, o aumento dos crimes contra mulheres está diretamente ligado às falas machistas e misóginas perpetuadas nos meios de comunicação. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2019 houve um aumento de 7,2% de violência contra as mulheres. Estimou-se que, no mesmo ano, foram mortas 3.737 mulheres no país. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) registrou que 53,3%⁴ de mulheres acima de 18 anos sofreram violências sexual em 2019, e 11,6% sofrem

³ A versão utilizada para leitura foi uma versão digital de e-book, portanto, não apresentava paginação, mas posição de leitura.

⁴ Os índices apresentados qualificaram que a maioria das violências foram realizadas por algum cônjuge e/ou ex-parceiro.

abuso sexual de um desconhecido. De acordo com Rita Segato (2018), a expressão violência sexual “[...] confunde, pues, aunque la agresión se ejecute por médios sexuales, la finalidad de la misma no es del orden sexual sino del orden del poder” (SEGATO, 2018, p.16). Ou seja, as relações patriarcais e machistas na nossa sociedade estão tão enraizadas que os homens se acham no direito de se apropriar do corpo das mulheres. Segato (2018) sustenta que o projeto dos homens é de dominar e de subjugar o outro, e nesse espectro se enquadraria não somente o corpo das mulheres, mas qualquer outro corpo subalterno que se apresente.

Estas práticas de dominação, manipulação e opressão é o que Raewyn Connell (2013) configura como masculinidades hegemônicas. Connell (2013) define-as como formas de violências organizadas que se configurarão em práticas em torno da posição dos homens e do lugar que eles ocupam nas estruturas de poder e de gênero (CONNELL, 2013, p. 242). Estas relações de poder são construídas, e a violência sexual é uma “ação competente” dessas relações, cujo objetivo é a manutenção da supremacia masculina. Para a teórica australiana, o imperialismo e o colonialismo tiveram um profundo impacto nos discursos, ajudando a construção dessas masculinidades. Estas masculinidades seguem sendo construídas e reproduzidas através das relações sociais, de dominação, marginalização e cumplicidade entre outras masculinidades.

A antropóloga argentina Segato (2018) sustenta que a crueldade contra as mulheres é naturalizada sob o mandato das masculinidades que estão mais disponíveis para a crueldade porque a sua forma de socialização obriga aos homens a carregar a “força bruta”, a “virilidade”, a guerra e a baixa empatia. Enquanto as mulheres se convertem em objetos, disponíveis e descartáveis.

A consolidação da visualização das violências e opressões contra as mulheres teve um impacto nas produções literárias brasileiras. Mesmo que seja de maneira tímida, algumas escritoras começaram a dar voz em suas obras às situações de opressão e violências sofridas pelo corpo das mulheres. Estas visibilização e denúncia, em um primeiro momento, foram tomadas pelos movimentos das mulheres negras e lésbicas que assumiram uma postura questionadora em relação aos seus corpos como elemento literário e político

Para Dalcastagnè (2001), “[...] corpo feminino é um território em permanente disputa (DALCASTAGNÈ, 2001, p. 1)”, e, por isso, somente ganha significado quando está inserido socialmente. O corpo, não sendo um produto biológico, mas cultural, dá lugar à hierarquização e nele também se reproduzem as tensões sociais e históricas (LE BRETON, 2002, p. 13). Sendo a literatura um modo de reflexão da realidade, as ficções *Mulheres Empilhadas*, de Patrícia Melo, e *Vista Chinesa*, de Tatiana Salem Levy, ilustram, de maneira

simbólica, as práticas sociais, as relações, as opressões e violências, e através do texto literário é possível recuperar as histórias e proporcionar novos significados.

2. INTERVENÇÃO SOLIDÁRIA E COMUNITÁRIA NA ESCRITA DE PATRÍCIA MELO E TATIANA SALEM LEVY

A narrativa de *Mulheres Empilhadas*⁵, de Patrícia Melo, ocupa um lugar de denúncia sobre os feminicídios no Estado do Acre. Com um texto híbrido, que mistura ficção, autoficção, manchetes de jornais, relatos dos crimes, ligações telefônicas, Melo constrói uma história complexa e um panorama das violências contra as mulheres na região⁶. As diversas histórias que dão lugar aos capítulos são breves relatos dos inquiridos de diversas mulheres assassinadas:

1
MORTA PELO MARIDO
Elaine Figueiredo Lacerda
sessenta e um anos,
foi abatida a tiros
na porta da sua casa,
num final de tarde de domingo. (MELO, 2019, s/p)

5
MORTA PELO EX-NAMORADO
TRT,
Cabelos lisos e castanhos,
Íris idem,
O exame necroscópico apura
Corpo em rigidez muscular generalizada,
Onze feridas
Com bordos regulares em:
Tórax direito (2 cm)
Braço direito (2cm, 0.5cm)
Carotidiana esquerda (2cm)
Braço esquerdo (2cm)
Coxa interna direita (1,5 cm)
Coxa externa direita (1,5 cm)
Fossa ilíaca direita (1 cm)
Frontal (2 cm)
Parietal direito (6 cm)
Parietal esquerdo (2 cm)
Putá que pariu! (MELO, 2019, p. 38)

Melo constrói uma história de muita tensão e desespero sobre uma advogada que é mandada a um município no interior do Estado do Acre para cobrir os crimes de feminicídio que ocorrem na região. Ao chegar, ela já se depara com a falta de perspectiva e a inércia da

⁵ A partir desse momento usaremos ME para nos referirmos a este livro.

⁶ Para escrever o romance, Patrícia Melo, como menciona nos agradecimentos do livro, pesquisou, entrevistou especialistas, advogados, lideranças indígenas, líderes comunitárias que fossem referência sobre a questão da violência de gênero. A proposta, segundo a autora, era evidenciar as situações de violência doméstica, feminicídios e violências em todos os sentidos que milhares de mulheres sofrem no país.

justiça em relação ao brutal assassinato da menina Txupira. Ao se adentrar na história de Txupira e na vida local, a narradora começa a mesclar a sua própria vida com as violências sofridas por estas mulheres. Recorda o assassinato da sua mãe pelo marido, pai da narradora, uma história de violência que é silenciada e esquecida, mas que vem à tona com a violência que ela mesma sofre por parte do namorado. A personagem é agredida verbalmente e fisicamente: “[...] fez com que seus olhos ganhassem um brilho selvagem, como o de certos cães antes do ataque. Paf. Até então, nunca tinha levado um tapa na minha vida” (MELO, 2019, p. 12). Neste instante, ela começa a rememorar a história da mãe e, juntamente com mortes das mulheres de Cruzeiro do Sul, mergulha nas diversas esferas da violência contra as mulheres.

No mesmo tom de rememorar é que a narradora de *Vista Chinesa*⁷ expõe a angústia do estupro⁸ vivido. Em uma tentativa de escrever sobre o ocorrido aos filhos, ela reconstrói a si mesma: “[...] há coisas que, mesmo depois de terem acontecido, continuam acontecendo. Elas não te deixam esquecer porque se repetem todos os dias” (SALEM LEVY, 2021, p.6).

Em ME, as marcas de um sistema judicial misógino ficam evidente no julgamento de Txupira, os 3 agressores são apresentados como “bons meninos”, “rapazes de boas famílias”, todos herdeiros dos seringalistas que se apropriaram das terras indígenas da região. No relato de um dos jovens, o estupro e a morte de Txupira foi algo “sem querer”, “natural”, “uma coisa levou a outra”:

[...] A ideia não era matar. Nem estuprar. Foi sem querer. [...]
O corpo foi desovado num igarapé. [...]
[...] o corpo de Txupira foi encontrado boiando, de costas, os braços amarrados. Seus mamilos foram extirpados. E dentro do seu útero encontraram cacos de vidro. (MELO, 2019, p. 37)

O horror do crime só evidencia o sexismo, o machismo incrustado na sociedade. Nesse relato, o personagem de Luís Crisântemo Alves revela como ele e seus colegas, Abelardo e Antônio, assassinaram Txupira, evidenciando a cumplicidade no discurso misógino, o descaso com o corpo da menina e a sensação de superioridade. Bem como salienta Connell (2013), quando afirma que a masculinidade hegemônica é “[...] a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens” (CONNELL, 2013, p. 245).

⁷ A partir desse momento usaremos VC para nos referirmos a este livro.

⁸ No final do livro, em *Nota da autora*, Tatiana revela que os relatos do livro foram vividos por uma grande amiga. E que, incentivada pelas ações dos movimentos feministas dos últimos anos, sua amiga se sentiu segura para contar a sua história pelas mãos de Tatiana. Revelando os fatos de forma ficcional seria uma espécie de denúncia e de mostrar que não estamos sozinhas. Que é possível uma rede de apoio e contenção solidária entre as mulheres.

Estas matiz de masculinidade é um reflexo da cultura colonial impregnada na cultura local. Este espaço no interior do Acre vive em uma espécie de democratização da violência, uma ação que parte da *misión civilizadora colonial*, como afirma María Lugones (2010):

[...] la máscara eufemística del acceso brutal a los cuerpos de las personas a través de una explotación inimaginable, de violaciones sexuales, del control de la reproducción y el terror sistemático (alimentando perros con personas vivas o haciendo bolsas y sombreros de las vaginas de mujeres indígenas brutalmente asesinadas, por ejemplo). (LUGONES, 2010, p.4)

Dentro dessa perspectiva, o que acontece com Txupira é um reflexo dessa matriz colonial, onde a mulher indígena possui menos direitos que a mulher branca. Esta situação fica evidente devido ao espaço físico e geográfico e demonstra as relações de poder e dominação que vão além das conhecidas na metrópole. Em uma cena, a narradora e a promotora Carla conversam sobre a Lei Maria da Penha e como a lei não se aplica naquela região:

- A coisa é muito mais complexa do que você pensa - disse ela. – Esses povos têm suas próprias regulamentações, suas próprias maneiras de resolver os abusos na comunidade.
- Ela está grávida – insisti. – E se abortar, por causa da surra?
- - Muitas apanham. Há muito machismo no mundo indígena. Mas você agiu como se estivesse em Cruzeiro do Sul. Ou São Paulo. Você não sabe nada sobre os indígenas. [...]
- O que eu posso dizer com segurança é que a Lei Maria da Penha não resolve nada ali. Ela serve para mulher branca. Da cidade. Para proteger Naia, temos que falar de demarcação de território indígenas. Quanto mais vulnerável uma comunidade, quanto mais desestruturada, mais a mulher indígena sofre este tipo de violência, que é, na verdade, um efeito colateral da forma como os indígenas são tratados no Brasil. (MELO, 2019, p. 156).
-

Este lugar onde a “lei da metrópole” não se aplica denuncia o lugar da mulher indígena na sociedade brasileira. Rita Segato (2018) adverte que, no Brasil, existe uma ofensiva massiva contra as mulheres e crianças indígenas, não só no mundo do branco, mas também dentro dos seus lares. Salienta a dificuldade de levar para as comunidades e divulgar a Lei Maria da Penha contra a Violência Doméstica porque há uma ausência do Estado em determinadas regiões do país e impera, de maneira muito enraizada, o discurso colonial.

Para a ativista indígena Lorena Cabnal (2010), as violências contra os corpos das mulheres indígenas é a mesma violência que imperou contra o território, contra a terra, e afirma que:

el patriarcado originario ancestral se refuncionaliza con toda la penetración del patriarcado occidental, y en esa coyuntura histórica se contextualizan, y van configurando manifestaciones y expresiones propias que son cuna para que se manifieste el nacimiento de la perversidad del racismo, luego el capitalismo, neoliberalismo, globalización y más. Con esto afirmo también que existieron condiciones previas en nuestras culturas originarias para que ese patriarcado occidental se fortaleciera y arremetiera. (CABNAL, 2010, p. 23).

Se a situação já é difícil para a mulher branca de classe média, o que resta para a mulher indígena?

Os indígenas não são invisíveis na nossa sociedade, como os negros. Não é disso que estamos falando. É diferente. É outra coisa. Eles simplesmente não existem. Eles foram dizimados. Estão sendo dizimados. [...] Eles simplesmente não pertencem a nossa sociedade. Eles não existem. (MELO; 2019, p.156).

Recuperar o corpo para se defender dos embates históricos e culturais seria a luta para as mulheres indígenas. E justamente é o que acontece na narrativa de ME quando estas mulheres decidem sobre os seus corpos, decidem intervir com as suas próprias leis.

Em VC, através do fluxo de consciência da personagem de VC, vamos conhecendo detalhes do ataque:

Era baixo, forte, encostou uma pistola na minha cabeça e ordenou, me segue...[...] a mão me apertando o braço. (SALEM LEVY, 2020, p. 7)

[...] nem tive tempo de pensar, ele me jogou com força no chão, eu cai de barriga para baixo e me virei de reflexo, olhei para cima [...] ele na minha frente, ainda de pé, tirando a calça, o pau duro. O pau duro. Lembro de ter pensado, em que momento ele começou a ter tesão? Mas ele tem tesão de que, exatamente? Em me ver perdida, com medo, nauseada, ansiosa? (SALEM LEVY, 2020, p. 64).

O abusador assume o direito de estuprá-la, ameaçá-la, bater nela com o cinto e a esbofeteá-la, tudo isso com uma arma na mão como forma de poder: “Mas há uma coisa que extrapola o acaso: o ódio daquele homem, a violência daquele homem, a permissão que ele se dava para violar o meu corpo. Isso não é acaso, isso foi o meu encontro fortuito com o mal” (SALEM LEVY, 2021, p. 86). A expressão da violência contra o corpo das mulheres tem como única finalidade o controle. Este uso e abuso do corpo das mulheres tem a intenção de aniquilar o livre arbítrio, significa a perda do controle do próprio corpo em função da vontade do abusador (SEGATO, 2018, p. 40).

Poderíamos apontar que a cidade do Rio de Janeiro é conhecida pela sua insegurança. E esta ideia prevalece em toda a narrativa de VC, onde diversos personagens questionam a narradora do porquê de ela estar correndo em um lugar tão perigoso no período da tarde, sabendo que a melhor opção seria o horário concorrido da manhã, quando diversas pessoas realizam atividades físicas. O que está em jogo com tantas indagações é uma forma de culpar a própria vítima pelo ocorrido: Por que ela agiu com tanta displicência? Por que sair para correr naquele horário? Colocando-a no lugar de “culpada”, de inconsequente. Mas aqui o que realmente está em jogo é a impunidade e a liberdade de violentar outro corpo unicamente porque é homem. Sobre esta atitude, Segato (2018) é contundente ao afirmar que:

Esto es así porque en la capacidad de secuestrar, torturar y matar reiterada e impunemente, el sujeto autor de estos crímenes ostenta, más allá de cualquier duda, la cohesión, vitalidad y control territorial. (SEGATO, 2018, p. 46).

A violência contra as mulheres está relacionada com a disputa por um território, pela apropriação, domínio do corpo e da vida, e em VC, fica evidente no relato da narradora a sensação de morte eminente: “O pior foi a confirmação. Eu seria estuprada, ele faria comigo o que quisesse, e no fim me mataria, para que me deixar viva, depois de ter me levado para tão longe” (SALEM LEVY, 2021, p. 66). Em ME, o abuso dos seringueiros em relação aos corpos das mulheres indígenas aparece no julgamento de Txupira. Há uma crueldade na fala dos autores do crime, uma falta de justiça e impotência da narradora.

Em VC, junto ao medo de que, se ela fizesse tudo o que ele pedia, iria deixá-la viver, vinha a dor: “prefiro morrer a ter que viver depois disso” (SALEM LEVY, 2021, p. 72), “Da dor, nunca vou esquecer. Do rasgo na pele. Minha carne aberta”. (SALEM LEVY, 2021, p. 73). E a certeza de que aquele homem já havia cometido estupros anteriormente devido à facilidade e reconhecimento da mata e à destreza em coagi-la.

Ele conhece a floresta, pensei, ele sabe por onde anda, para onde vai, há destreza nos seus passos, não foi a primeira vez que fez isso, pensei, outras mulheres sentiram aquela solidão terrível. (SALEM LEVY, 2021, p. 83).

Em ME, em uma conversa entre a promotora Carla e a narradora, fica evidente que estas práticas são estruturais na nossa sociedade e promovidas ao longo dos séculos:

É claro que eles não nascem, assim com desejo de matar mulheres. Alguns até nascem, os psicopatas. Mas os psicopatas são a elite dos assassinos. Já nascem prontos. A grande massa operária de assassinos, digo, a maioria, tem que aprender o ódio, antes de sair matando por aí. Meu pai aprendeu muito bem. Nada mais fácil do que aprender a odiar as mulheres. O que não falta é professor: O pai ensina. O Estado ensina. O sistema legal ensina. O mercado ensina. A cultura ensina. A propaganda ensina. Mas quem melhor ensina, segundo Bia, minha colega de escritório, é a pornografia (MELO, 2019, p. 88).

A “cultura do estupro” parece prevalecer na nossa sociedade, e estas narrativas ilustram esta violência, e o perfil dos agressores se confunde em meio à população. Em VC, é quase impossível encontrar o homem, todos parecem iguais e provém de diferentes esferas sociais. Em ME, o agressor poder ser qualquer pessoa: militar, eletricista, funcionário público, estudante. Analfabetos, semianalfabetos, superior completo. Marido, namorado, irmão, padrasto, cunhado, amante. Não há um perfil, mas sim uma cultura, um discurso que impera, múltiplas masculinidades que se naturalizam na sociedade.

- Você está surpresa – riu Carla. – Tecle “morta pelo...” no Google e veja o resultado.

Mais tarde conferi:

“Morta pelo”

Morta pelo namorado

Morta pelo marido

Morta pelo ex

Morta pelo companheiro

Morta pelo pai

Morta pelo sogro

O mal de aprender esse tipo de coisa é que a gente fica viciado. Todo dia eu digitava “morta pelo” e recebia aquela enxurrada de sangue na cara. Não importa onde você esteja. Não importa sua classe social. Não importa sua profissão. É perigoso ser mulher.” (MELO, 2019, p.74-75)

Entretanto, em meio a tanta injustiça, tanta dor e à sensação de que nunca se poderia curar estas marcas corporais, ambas as personagens encontram, na conexão com o corpo-terra, corpo-espírito, uma forma de invocar energia e fortalecimento para a luta, a reconstrução de si mesmas e de outras. De uma maneira transgressora, a narradora de ME se mete mata adentro e tem um encontro com mulheres ancestrais, icamiabas, amazonas, guerreiras que vivem em um feminismo comunitário. Pelas mãos de Marcos, que é filho de uma das guerreiras, a narradora chega a este grupo de mulheres. Marcos é o único homem da obra que não possui uma atitude tóxica, está imunizado pela ayahuasca, poção de cariri que faz a sua mãe. Neste universo simbólico, a narradora entra em transe e dali vem a possível cura, não só a dela e da vivenciada com sua mãe, mas de Txupira, da promotora Carla e da jornalista Rita, assassinadas no decorrer do livro, para logo, deixar a vingança sair. Há desejo de vingança pela morte das mulheres empilhadas:

Nós, disse ela, nós mulheres, icamiabas, mães, cafuzas, irmãs, amazonas, negras, Marias, lésbicas, filhas, indígenas, mulatas, netas, brancas, nós brotamos do chão, tremelicando de ódio, vingadoras, enchemos o meu Exu-caveirão e avançamos sobre a cidade [...] vamos atrás de você, homem mau, homem de bosta, explorador, abusador, estuprador, espancador de mulheres. Assassino. Psicótico. Nosso negócio é com voce, matador de mãe. (MELO, 2019, p. 26)

A ação coletiva é uma forma de “asumir la corporalidad individual como territorio propio e irrepitable, permite ir fortaleciendo el sentido de afirmación de su existencia de ser y estar en el mundo” (CABNAL, 2010, p. 22). Este ritual expressa uma forma coletiva de pedir justiça, uma justiça com as próprias mãos. Claramente, a morte dos assassinos de Txupira não seria a solução para a morte de milhares de mulheres, mas é a única justiça naquelas terras distantes.

Em um dos momentos do transe, ela percebe a presença de Txupira. A menina estava diferente das fotos dos jornais, não tinha arranhões, estava inteira e pedia vingança. Como em

uma espécie de ritual sagrado, as mulheres daquela comunidade se unem para matar os homens que mataram Txupira. Naquele lugar, no coração da mata, o desejo pela ação se inicia. No outro dia, um dos estupradores e assassinos de Txupira aparece morto. Noites depois, os outros dois.

No caso da narradora de VC, durante um longo tempo ela sentia a necessidade de exterminar aquele homem da sua vida:

Eu dizia a mim mesma, sou contra a pena de morte, sou contra o olho por olho, dente por dente, não posso pensar essas coisas não posso querer espancar o desconhecido, matar o desconhecido, cortar o pau do desconhecido para ele nunca mais enfiar o pau em lugar nenhum, para nunca mais ter prazer, eu não posso pensar que eu queria pegar uma motosserra e cortar o pau dele fora, o corpo dele mutilado para sempre assim como o meu. (SALEM LEVY, 2021, p. 33)

[...] Se eu tivesse sozinha com o desconhecido numa sala de delegacia, eu o rasgaria todo com uma faca, suas entranhas para fora, o chão ensanguentado, sua voz lenta de agonia até o suspiro final. Antes disso, o pau pendurado, não, o seu pau cortado e depois enfiado na sua boca para eu não ter que ouvir gemido algum. (SALEM LEVY, 2021, p. 36)

Entretanto, levada pelo cansaço dos dias na delegacia, das tentativas de fazer retrato falado, escolhendo narizes, sobrancelhas, dos reconhecimentos pelo vidro, ela decide retirar a queixa:

Um pedaço de mim, um pedaço grande de mim havia ficado na mata, perdido, esfacelado, restos de carne, comida de animais. (SALEM LEVY, 2021, p. 35)

[...] Está tudo escrito na minha pele (SALEM LEVY, 2021, p.36)

Da mesma forma que a narradora de ME, a narradora de VC também vai buscar na ancestralidade a possível cura para algo que parecia incurável. Logicamente, o ritual com o cacto psicótico, esta mastigação com o *peiete*, não iria eliminar as lembranças, as marcas corporais, mas a ajudou a encarar e a não reproduzir estigmas em si mesma e na sua filha:

Eu não quero que a minha história seja a história da minha filha. Que o meu corpo seja o corpo da minha filha. (SALEM LEVY, 2021, p. 52)

[...] o estupro da mãe refletido no corpo da filha. (SALEM LEVY, 2021, p. 52).

No ritual, Ixchel, deusa da do amor, da gestação e das águas a purifica:

[...] eu abria as pernas e o que saía de mim era o meu útero, o útero que a deusa Ixchel pegou do chão de cabeça para baixo, fazendo o sangue jorrar ainda mais. Enquanto ela fugia levando o meu útero, a serpente na sua cabeça sibilava e me encarava com ódio, e assim a felicidade suprema se transformou numa tristeza profunda, nunca fui tão triste, pensei. (SALEM LEVY, 2021, p. 77).

A deusa maia a limpa, mas ao mesmo tempo a coloca em frente a sua verdade: o verdadeiro rosto do estuprador. Relembrar e encarar este rosto é necessário para poder seguir, para poder permitir que a mata e a terra a ajudem a seguir. E assim, através da carta escrita para os filhos, a narradora de VC se recompõe, a dor transcende e passa a outra esfera. No final da narrativa, a carta está quase pronta e, naquele mesmo instante, uma chuva arrasa as ruas do Rio de Janeiro e faz com que a terra se desmorone perto da Vista Chinesa.

Dentro da terra surgirão violências sofridas naquela terra, as violências sofridas por aquela terra; com a água, a lama e as árvores, deslizarão também as dores, os ossos, os pedaços de carne ali arrancados, arrastando as histórias, a memória (SALEM LEVY, 2021, p. 89).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura, sem dúvida, é um modo de representação e compreensão da realidade. Nela é possível intervir nos modos de representação, nos espaços, nos discursos e acontecimentos da vida dos sujeitos. As duas narrativas analisadas neste artigo proporcionam um olhar e uma forma de representar as diferentes formas de opressão e dominação sob os corpos das mulheres, e com isso, mantêm uma relação mimética com o mundo real.

Dalcastagnè (2001) afirma que as escritoras mulheres constroem uma representação mais plural e detalhada e, com isso, problematizam as questões que em muitos casos passam despercebidas na escrita dos homens. Por isso, em *Mulheres Empilhadas* e em *Vista Chinesa* existe uma forte inscrição na organização social em torno ao mundo masculino e às representações de masculinidades que imperam e seguem reproduzindo práticas de controle.

Melo e Salem Levy procuram denunciar estes mecanismos contemporâneos de manutenção dessa lógica e dessa ordem. Ao destaparem abusos e violências contra as mulheres, vão visibilizando este monopólio de poder e despertando a sociedade. Elas fazem política por meio da literatura. Este processo ocorre não pelas escolhas partidárias das escritoras, mas pelas escolhas estéticas, pelas temáticas e pelo discurso literário que permeiam as suas obras. Este fazer política é o que Rancière (2008) assume como uma experiência específica no plano da arte. Uma discussão e intervenção do visível e invisível, da transformação da palavra e de dar voz a quem não pode. A literatura tem o compromisso e o poder de converter as vozes silenciadas em gritos de denúncias, em visibilizar temáticas e problemáticas apagadas pela sociedade.

Assim, Melo e Salem Levy inserem-se no discurso contra a vitimização das mulheres, demonstrando a dolorosa realidade brasileira e as várias estruturas de poder que as governam através de vozes neoconservadoras e colonialistas que ajudam e incentivam a violência contra as mulheres e a “cultura do estupro” no país.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. El campo literario. Prerrequisitos críticos y principios de método. In: *Criterios*, Buba: La Habana, 1990, n° 25-28.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/>

VAGGIONE, Juan Marco. A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na América Latina. In: Biroli, Flávia (org). *Gênero, neoconservadorismo e democracia [recurso eletrônico] disputas e retrocessos na América Latina*. 1° edição, São Paulo: Boitempo, 2020.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: *Feminismos diversos: Feminismo comunitario*, ACSUR, p. 11-24, 2010

COHEN, Stanley. *Demonios populares y 'pánicos morales': delincuencia juvenil, subculturas, vandalismo, drogas y violencias*. Barcelona: Gedisa, 2017.

CONNELL, R; Messerschmidt, J. Masculinidades hegemônica: repensando o conceito. In *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril, 2013.

DALCASTAGNÈ, Regina. Vozes femininas na novíssima narrativa brasileira. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, no 11. Brasília, janeiro/fevereiro de 2001, pp. 19-26.

GROSZ, E. Corpos reconfigurados. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 14, p. 45–86, 2015.

GUERRA, Lucía. La problemática de la representación en la escritura de la mujer. In: *Debate Feminista*, México: Universidad Nacional Autónoma de México, n° 9, p.183-192, 1994.

LE BRETON, David. *Antropología del cuerpo y modernidad*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

LEVY, Tatiana Salem. *Vista Chinesa*. São Paulo: Todavía, 2021.

LUGONES, María. Hacia un feminismo decolonial. In: *Hypatia*, vol 25, No. 4, Otoño, 2010.

MELO, Patrícia. *Mulheres Empilhadas*. São Paulo: LeYa, 2019.

RANCIERE, Jacques. *Política de la Literatura*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2008.

RICHARD, Nelly. ¿Tiene sexo la escritura? In: *Masculino /femenino: prácticas de la diferencia y cultura democrática*. Santiago de Chile: Francisco Zegers Editor, 1993, p. 127-139.

SEGATO, Rita. *La guerra contra las mujeres*. 2º edición, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

Recebido em: 30/09/2021

Aprovado em: 15/01/2022

Publicado em: 29/04/2022